



**O menino que virou festa:
a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto**

Foto 1 Capa – Detalhe: Cruz construída na entrada
do complexo da Cruz do Pedro.

Todas as fotos desse livro são de
Guilherme ABC - integrante da
Rede de Cooperação Identidades Culturais

Fundação Instituto do Livro - 2012

Prefeita Municipal
Dárcy Vera

Secretária da Cultura
Adriana Silva

Presidente da Fundação Instituto do Livro
Edwaldo Arantes

Diretora de Patrimônio Cultural
Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa

Conselho Editorial
Adriana Silva - Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa
Érica Amêndola - Michelle Cartolano de Castro Silva
Tânia Cristina Registro

I195b - O menino que virou festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto.
Aurélio Manoel Corrêa Guazzelli; Delson Ferreira; Marcos Câmara de
Castro; Sandra Rita Molina (pesquisa e texto) – Ribeirão Preto:
Fundação Instituto do Livro, 2012.
100 pg.; (Coleção Identidades Culturais, n.9)
ISBN 978-85-62852-30-5

1. Ribeirão Preto – 2. Manifestação Religiosa - 3. Patrimônio Cultural
CDD: 981.612 rpb

Aurélio Manoel Corrêa Guazzelli

É Funcionário da Seção de Atividades Culturais da Universidade de São Paulo – USP e pesquisador da Rede de Cooperação Identidades Culturais. - lelo@usp.br

Delson Ferreira

Foi coordenador do Programa de Formação de Agentes Culturais da Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto e vice-presidente do Conselho Municipal de Cultura. É pesquisador do IPERP, da Rede de Cooperação Identidades Culturais e docente do Centro Universitário UNISEB. - delsonferreira@gmail.com

Marcos Câmara de Castro

É docente do Departamento de Música da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto e orientador do programa de Pós-Graduação em Música da ECA/USP e corresponsável pela disciplina “Antropologia e Música: leituras e escutas”, na FFLCH/USP. Além disso, é pesquisador da Rede de Cooperação Identidades Culturais. - mcamara@usp.br

Sandra Rita Molina

É docente de Graduação, de Pós-Graduação e pesquisadora da UNAERP e da Rede de Cooperação Identidades Culturais. sandmol@terra.com.br

Prefácio

Em novembro de 2009, a formação da Rede de Cooperação Identidades Culturais se apresentou como uma boa ideia. Naquele momento, parecia ser uma resposta à altura da demanda para a qual estava sendo criada: a realização do Inventário de Referências Culturais de Ribeirão Preto.

Um ano depois houve a confirmação de que melhor que uma boa ideia, a Rede era uma proposta eficiente para o que se destinava: mantinha o assunto cultura no universo do coletivo e integrava poder público e sociedade numa formação de cooperação como em nenhum outro momento a cidade de Ribeirão Preto assistira.

Neste momento em que publicamos o volume número 10 da coleção Identidades Culturais, a iniciativa se consolida como duradoura. São três anos de atividades, com reuniões frequentes e bons resultados.

Os pesquisadores trouxeram contribuições de seus universos acadêmicos e levaram para os seus cotidianos saber prático que proporcionou temas de mestrados, artigos, conferências. O que era de um se tonou contexto de um grupo, que se multiplicou por meio de publicações e dizeres.

Comemorar é preciso, pois motiva a busca por aperfeiçoamento. O comprometimento dos envolvidos transformou uma proposta localizada em uma ação ampla, múltipla e disponível.

Em especial sobre este trabalho, a satisfação de prefaciá-lo excede à

realização de Secretária da Cultura, tem a dimensão de missão cumprida, crença confirmada. É um círculo que começa a se fechar com a convicção de que ao completar seu traçado, assim o faz tendo percorrido todo o trajeto previamente planejado.

Ao diagnosticar, em 2009, junto com a equipe do Patrimônio Cultural a realidade do setor, concluímos que algumas iniciativas existiam em relação à preservação do bem material, mas que na área imaterial, a produção era acanhada, com poucas propostas em andamento.

Quando a equipe da Rede de Cooperação entrou em cena, este diagnóstico se confirmou e foi um alívio para todos o apontamento de algumas diretrizes, entre elas entender a celebração da Cruz do Pedro, propor proteção e difundir na proporção delimitada pelos envolvidos e, neste caso, toda a equipe foi muito zelosa. Ninguém se colocou à frente da comunidade, respeitando-a e dialogando na medida em que ela deseja se manifestar.

O reconhecimento de que a festa tem se tornado mais dos visitantes de outras cidades do que de Ribeirão Preto foi um ponto de alerta, pois esta celebração está arraigada à nossa história e não pode se perder como se não fosse relevante, visto que se trata de uma de nossas referências culturais.

Este livro é uma importante contribuição para o projeto de preservação da festa enquanto uma manifestação ribeirãopretana. Os autores, pesquisadores da Rede, foram criteriosos, precisos, cuidadosos, cientistas e poetas na melhor das combinações destas descrições. Fizeram parte e não se contentaram com uma leitura dos fatos na terceira

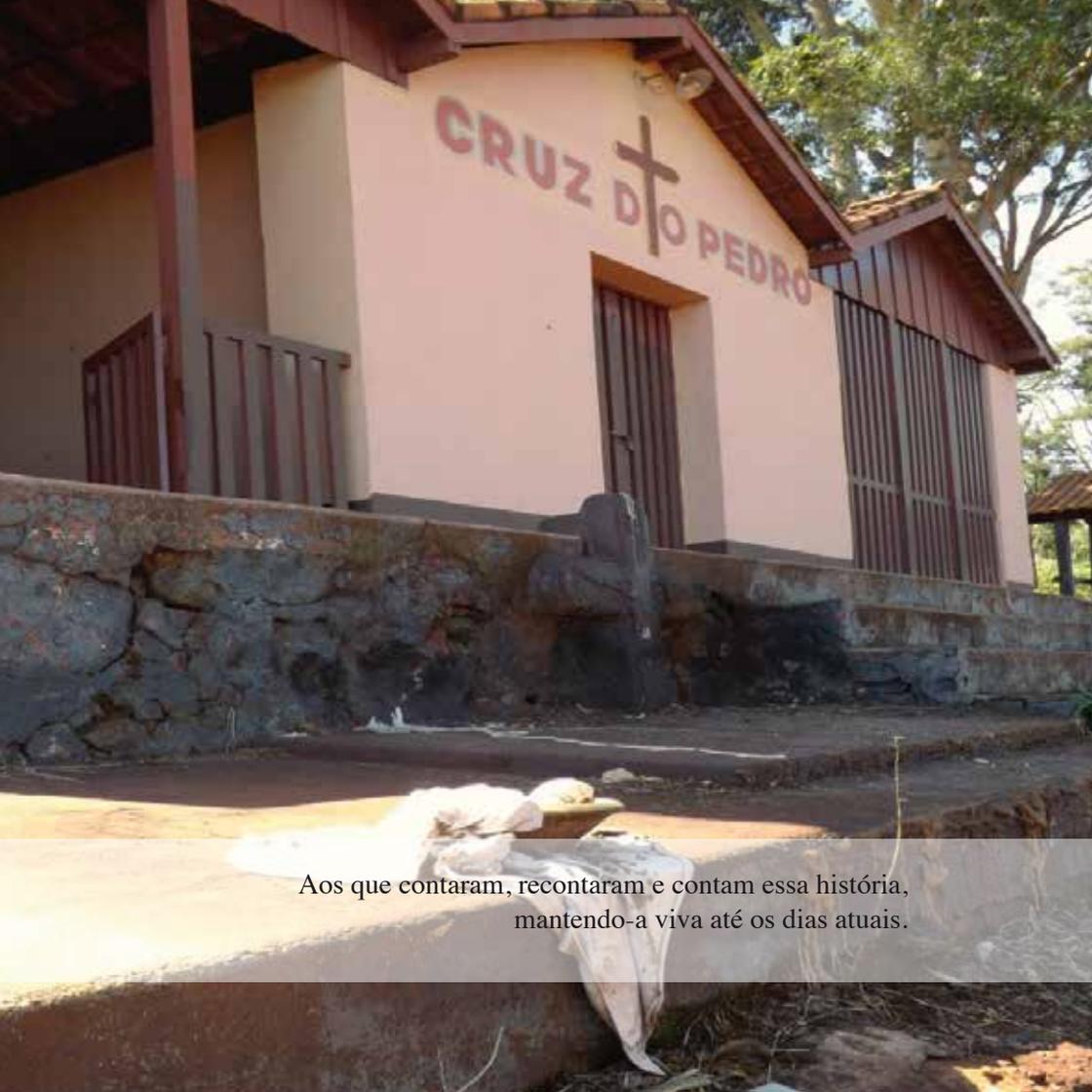
pessoa. Eles se integraram e, de dentro, multiplacaram os olhares ampliando os focos.

Chegamos ao volume 10 desta Coleção, no total serão 12 obras, com a certeza de que as muitas contribuições registradas se tornam um legado para todos aqueles que valorizam o conhecimento da história, acreditam que o melhor entendimento do presente se dá com a compreensão do passado.

Ao convidarmos para a leitura desta obra, o fazemos com prazer, trata-se de ciência emoldurada em muita literatura. Será um prazer para você leitor também.

Adriana Silva
Secretária da Cultura

Foto 2 - página ao lado - Fachada do Complexo de edificações da Cruz do Pedro



Aos que contaram, recontaram e contam essa história,
mantendo-a viva até os dias atuais.

O menino que virou Festa: a Cruz do Pedro em Ribeirão Preto

O Menino Pedro foi levado
A uma densa e sombria mata
Morreu ali estrangulado
Sua cruz foi construída
E sobre ela sua capela
Virou a festa da Cruz do Pedro
E assim foi festejado.

Marcos Câmara de Castro

I. Viver a Festa

A terra mostra que a cana trouxe aridez às fazendas de terra roxa. Na percepção dos habitantes da Fazenda Boa Vista a mudança da cultura alterou, não só a qualidade desse chão, como também a vida daqueles que nele saborearam o muído do cotidiano rural do sudeste brasileiro.

Basta uma boa conversa, com o café coado na hora e um pedaço de rosca macia feita pela vizinha da colônia, para saber que a vida ali foi farta. Com muito trabalho, sim, mas também com muito orgulho de servir à filha do coronel. E teve muita festa, que mantinha a convivência e aproximava as pessoas.

Nossa chegada à fazenda Boa Vista. Era entendida como uma visita, aos olhares curiosos dos moradores, pouca gente de Ribeirão vem à festa, disseram alguns deles. Mesmo assim, chegamos cedo para a procissão até a Cruz do Pedro, e pudemos ajudar nos últimos afazeres para receber os convidados. A pipoca estava pronta, mas foi preciso colocar nos saquinhos de papel para distribuir. Para isso, entramos na casa simples e bem cuidada, o piso de vermelhão bem encerado, as telhas à mostra, e as janelas e portas de tábua corrida. Fomos até os fundos, na varanda, onde se via o fogão com dois grandes caldeirões e mesas de forma improvisada, para a produção da festa.

Partimos para os saquinhos de pipoca, sempre com ótimo humor, e

no final pediram ajuda para levar os caldeirões para frente da casa, uma operação um pouco delicada, já que, além de pesados, estavam cheios, um com chocolate e outro com quentão, tudo já preparado, portanto, quente. Retiramos um caldeirão de cima do fogão e colocamos em um banco de madeira, desses compridos para sentar bastante gente e, enquanto levamos o caldeirão mais pesado, o fogão industrial foi posicionado na frente da casa e já pudemos colocar o chocolate em cima, para que voltasse a aquecer e ser servido bem quente. O mesmo fizemos com o que tinha ficado no banco.

Da montagem da festa, pudemos perceber que foram feitos alguns cercados com ripas de madeira para manter, em meio ao público, um espaço para servir, cumprindo o objetivo das tradicionais barraquinhas das festas juninas. No alto, as bandeirinhas tremulavam com o vento e, um pouco mais afastada, estava montada uma imensa fogueira.

Ao lado oposto da fogueira, na varanda do “escritório”, numa das casas vizinhas, estão nove andores, magnificamente enfeitados pelos colonos com flores e fitas. Quem organiza, fica apreensivo, tentando adivinhar se o público vai ser grande. Nos velhos tempos, só as famílias de colonos que moravam na fazenda já garantiam o evento. Era tanta gente na procissão que, se se distraísse da criança e lhe soltasse a mão, ali entre a cruz do Pedro e a Venda, era possível perdê-la. Na fazenda eram mais de sessenta famílias morando nas seis colônias, tudo lotado de gente, tinha no Saté, no Baixadão, aqui em cima que desmanchou, no Jatobá...

A fazenda naquele tempo ainda tinha três mil e oitocentos alqueires, com mais de um milhão de pés de café, composta por várias seções: Capão Alto, Tamburi, Sapé, Cabomba, Jatobá, Boa Vista, Colinheta, Boa Esperança e Baixadão. Os colonos tinham um pouco de terra onde podiam plantar algodão, café, milho e feijão. Além disso, alguns eram meeiros.

Não dá para não imaginar, nessa festa centenária, quais deveriam ser os cuidados nos tempos de fartura, talvez maior requinte na decoração, mais pessoas ajudando, e o público chegando a cavalo, uns montados, outros em carroças. Quando a lavoura de café enfraqueceu, a fazenda criou muito gado e, nos tempos antigos, os campeiros traziam reses da fazenda de Lins para cá, ou então levavam para lá. A Seção do Baixadão era a mais extensa da fazenda, na Seção do Retiro era onde se tirava leite; muitos colonos plantavam com a ajuda das famílias, quase sempre numerosas na roça, e as crianças estudavam na escolinha da fazenda. Mas, algumas começavam na lida aos 12 anos.

Hoje, os automóveis vão se acomodando pela terra; uma Kombi bem cheia abre a porta e saem todos, bem arrumados, provavelmente de outra fazenda. O frio vai dominando a noite. Dois ônibus chegam trazendo o pessoal de Dumont.

A rezadeira de terço e suas colegas se posicionam em frente aos santos e começam, com ajuda de um microfone instalado em um carro, os cânticos de louvor e, em seguida, o terço. Terminada a reza, os homens se empenham em instalar o mastro de São João e depois

presenciamos uma bela queima de fogos.

Conforme vai se enchendo a antiga vila de colonos, a festa ganha ritmo. As crianças brincam na fogueira, com bombinha e buscapé. Os adultos começam a conversar, entre um gole e outro de quentão e vinho quente. As mulheres servem o pão com salsicha e a pipoca.

Depois, a rezadeira se acomoda no banco de trás do carro que leva o som reinicia com os cânticos; enquanto isso, a população presente se encarrega de se dividir na tarefa de carregar os andores dos Santos para que a procissão seja um sucesso. Nossa Senhora Aparecida, São José, Santa Rita, Santa Luzia, São Sebastião, São João, Santo Antônio, São Pedro, São Benedito são levados por um cordão de gente. Aos fiéis são distribuídas as velas.

Não foi difícil nesse momento perceber a predileção de alguns por um santo específico, ou a possibilidade de estar em jogo o cumprimento de promessas feitas a um determinado santo, ou mesmo ao menino Pedro. E o que era festa, tornou-se uma ação carregada de simbolismo, um sentimento de cura, de preenchimento, revelado ao caminharmos na noite escura e fria, sobre a terra, contando com as luzes das velas, algumas delas, às vezes, apagadas pela brisa, nos propiciando, assim, com outra vela, repartirmos o fogo da visão.

Alguns afirmam que a procissão é sempre no dia anterior ao que o carreiro matou o menino Pedro, que era o candeeiro do carro de boi. Só acharam o seu corpo por conta da cachorrinha que jamais largava o moleque, ela veio e latiu, aí todos acompanharam a cachorra até onde

ele jazia. Parece coincidência o menino Pedro ter morrido no dia de São Pedro. Mas, quem é mais velho diz que, durante toda a vida, se fez a festa nesse dia desde que se conhece por gente.

Quando os donos da fazenda vieram de Minas com a família e capangas de confiança, fizeram uma casa grande de coqueiro e barro ali na Pontinha. Tinha moinho de fazer fubá, o “corguim” tocava o moinho, que até há pouco tempo estava lá, depois desmancharam. Negociaram escravos com as fazendas da região em seguida, com o fim da escravidão, vieram os alemães e brasileiros de Minas Gerais para suprir a mão de obra; havia também um italiano que construía carroças e móveis, mas os barracos foram os alemães que fizeram.

Nos bons tempos, a fazenda teve dez campeiros para cuidar de quatro mil cabeças de gado. O fiscal de terreiro era responsável pela equipe de secar, limpar e escolher o café. Debaixo do ranchão, ficava a “muiezada” escolhendo os melhores grãos para plantar nos cinco viveiros que havia e separavam, também, aqueles que iam para São Paulo ser vendidos para o estrangeiro. Até a Estação Maximiliano, o café era levado em oito carroções de burro — a estação que ficava para os lados da venda não existe mais, foi tudo roubado —, depois o “trenzinho” da Mogiana vinha para buscar. Em 1985, dividiram a fazenda, restando seiscentos alqueires e, em volta, tudo foi arrendado para a cana.

A procissão da Cruz do Pedro já viveu tempos áureos, mas também momentos difíceis, o andor já foi carregado por menos de

quatro pessoas. A caminhada não é tão simples. Saindo da fazenda Boa Vista, passamos pela venda do Zé Goleiro e continuamos numa subida sem fim. A condutora do terço evoca os vivas:

- Viva Santo Antônio.
- Viva!
- Viva São João.
- Viva!
- Viva São Pedro.
- Viva!
- Viva o Povo de Deus.
- Viva!

E os fogos de artifício anunciam que estamos chegando...

Ao chegar no pátio da Capelinha da Cruz do Pedro, o clima é uma mistura de vitória e muita devoção. Os andores vão sendo colocados dentro da Capela, enquanto uma fila aguarda para entrar. As pessoas vão colocando suas velas na entrada, ajoelhando-se, fazendo suas preces, seus pedidos e agradecimentos. A comoção é geral, mesmo para aqueles mais céticos; o respeito pela fé, o caminhar pelo interior da Capela e, pelo menos, um olhar a cada santo se faz necessário, os mais devotos fazem suas preces na sala dos milagres, onde estão pendurados os ex-votos que simulam e representam as partes do corpo que alcançaram as graças.

Lá fora, a festa já está organizada e funcionando, apesar de a estrutura estar direcionada para as pessoas que virão no dia seguinte,

Foto 3 Imagem de Nossa Senhora – Andor utilizado na procissão- 2012



com as barracas dando o apoio necessário para os que participaram da procissão. Num clima bem familiar e tranquilo, sem muita pressa, as pessoas se alimentam e vão, aos poucos, deixando o local a caminho de suas casas. Muitos retornam à fazenda para pegar o carro, amanhã eles terão que voltar para a missa com a família.

Pela manhã, em frente à capela da Cruz do Pedro, o Padre, vindo de Ribeirão Preto, anuncia a alegria de festejar os Apóstolos São Pedro e São Paulo. Sentados em bancos de tábua, encostados nas cercas dos currais, os fiéis cantam, rezam e acompanham as leituras que contam a história dos dois apóstolos. E, a exemplo do martírio, remete ao menino Pedro:

Quantos Mártires de nosso tempo também fazem a sua história! Exemplo disso, é a historia do menino Pedro que todos nós já conhecemos. Unido também na coroa do martírio, deu a sua vida por algo que não fez, por aquilo que não praticou. E nós, muitas vezes, quanto deixamos de morrer, também, um pouco pelo outro? Que nessa celebração possamos pedir ao Senhor que nos ensine e nos dê um coração de Pedro e Paulo, que proclamaram com suas vidas a de Jesus no meio de nós e, principalmente, a sua palavra. Que a exemplo, também, da pequena vida do menino Pedro, possamos nós, com nossa vida e com nossa história, regar as sementes do evangelho que foram jogadas nesse lugar, para que a Palavra possa crescer no meio de nós. Que o Senhor nos ajude e que o Espírito Santo nos impulse a viver sempre com a igreja de Jesus (Trecho da Missa, 29 de junho de 2011).

O fim da missa dá início à festividade, que agora segue com música, venda de alimentos, bebidas e o leilão. A festa oferece churrasquinhos, lanches de pernil, pipocas, batidas, bebidas, roupas e calçados. Para que tudo aconteça em perfeita ordem, um grupo forma uma comissão organizadora que se reúne semanalmente, na Venda, durante o ano. Há quase duas décadas, dona Netinha² dava apoio para tudo que a Comissão da Cruz do Pedro, formada pela Fazenda Boa Vista, o Zé Goleiro e amigos, precisasse. Mas, depois de sua morte, vinte e duas entidades da região ajudam o grupo, doam prendas, como sacos de milho, sacos de amendoim, frangos, perus, leitões, carneiros e novilhas. Os valores arrecadados no leilão são doados a entidades carentes e utilizados para melhorar a estrutura do evento.

Na fazenda de outrora, também aconteciam bailes no salão que, depois, foi dividido e transformado em sala de aula. Já, os churrascos ocorriam no terreirão de café. Esses eventos tinham, também, o propósito de levantar fundos para tocar o time de bola da comunidade, do qual o goleiro virou personagem ilustre, com grande popularidade. José Carlos Gonçalves, conhecido como Zé Goleiro, era empregado, mas, em 1946, comprou a Venda do seu sogro e virou patrão.

O estabelecimento de secos e molhados, com idade anterior a 1850, foi um grande armazém e abastecia a zona rural na época do café e, depois, com a diminuição das colônias, voltou-se ao pessoal que vinha jogar bola e transformou-se em uma lanchonete. Foi ganhando repercussão no meio dos universitários e entre os “trilheiros” de gaiola,

jipe e moto, além de curiosos, pelo seu caráter pitoresco, que mantém a característica rural e a originalidade do prédio secular, servindo porções generosas de torresmo, batata e uma saborosa caipirinha.

Na Venda do Zé Goleiro, também se realiza um arraial com decoração típica de São João; numa pequena mesa é montado o altar, com as figuras de Maria Aparecida e São Judas Tadeu, uma Bíblia e as bandeiras do mastro de São João. Na venda, se reza o terço no dia 27 de junho; a decoração de bandeirinhas e uma fogueira mais afastada dão um clima especial. Durante a reza, ficam fechadas todas as portas da venda e o serviço do bar é suspenso. Depois, é instalado o mastro de São João, com a estrutura triangular das bandeiras dos santos. Logo após, vem uma queima de fogos e, na arrumação feita com as mesas enfileiradas, são colocados os pratos típicos trazidos pelos convidados e oferecidos aos presentes. É, estamos em casa com os amigos e a família.

A história do menino Pedro ensinou a população a ter esperança: quando não chovia e a plantação de amendoim precisava de água, era feita uma procissão, que vinha de Dumont, para os devotos jogarem água na Cruz. E chovia...

1- Este texto foi construído por meio de experiências vividas durante a Festa da Cruz do Pedro de 2011 e de entrevistas e imagens colhidas pela Rede de Cooperação Identidades Culturais.

2 - Antonia Aguiar Junqueira era neta do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira (Quinzinho da Cunha) dono da Fazenda Boa Vista.

II. Contar Sobre a Festa

As memórias das memórias...

Escrever sobre a Festa da Cruz do Pedro constitui um desafio. Como descrever de forma acadêmica a tragédia de uma família transformada em mito revivido e sofrido todo dia 29 de junho, há cerca de 100 anos?

Mesmo assim, a proposta inicial desta parte do livro residia no resgate da historicidade do menino sacrificado e ungido milagreiro pela vontade popular.

Inicialmente, a tarefa parecia relativamente simples. O texto poderia ser facilmente construído após algumas visitas ao Arquivo Municipal de Ribeirão Preto e complementado pela análise das entrevistas, filmagens e fotos da festa que frequentamos na etapa da pesquisa Identidades Culturais para o ano de 2011 (REDE 2011).

Entretanto, progressivamente a história do menino que fazia as vezes de candeeiro para o carro de boi foi ficando mais complexa. Até o ponto de pesquisa em que nos achamos, não foi possível encontrar documentação que permitisse pontuar diretamente a vida desta criança.



Por essa razão, e subordinados aos caprichos das fontes, optamos por escrever nossas memórias sobre as memórias colhidas acerca do episódio que originou a Festa da Cruz do Pedro. Tentamos completar este exercício preenchendo nosso olhar com os dados tangenciais sobre o contexto de época, as fazendas e os senhores das terras. Mas muito ainda precisa ser buscado...

Como memória, este texto não propõe a “verdade” sobre o menino Pedro. Ele, de fato, é o agradecimento de um grupo de pesquisadores que teve a felicidade de se deparar com um fenômeno antropológico, sociológico e histórico, de pelo menos 100 anos e, relativamente, pouco conhecido dos moradores da cidade de Ribeirão Preto.

Com esta proposta, avancemos aos poucos pela densa e escura Mata do Quinzinho a fim de entender um pouco mais da vida daquela criança que vai adiante, com a luz bruxuleante do candeeiro, a iluminar nossa curiosidade que ousa tentar levantar o véu do mito.

Foto 4 - página 22 - Estrada da Mata Santa Tereza - 2012.

A Morte do Menino Pedro

Em 29 de junho de 1885 o menino Pedro começou seu dia na Fazenda Santana.³ Tratava-se de mais uma fazenda de café, localizada na vila de Bonfim Paulista que, por sua vez, estava atrelada à cidade de Ribeirão Preto. Seu proprietário era o Coronel Domingos Villela de Andrade também conhecido como Coronel Mingote.

Infelizmente não conseguimos rastrear uma descrição contemporânea a 1885 para a Fazenda Santana. Contudo, em 1911, ela possuía trezentos mil pés de café com uma produção de seiscentas arrobas diárias e uma média anual de trinta mil arrobas de café.⁴ Estava ligada à Estrada de Ferro Mogyana, estação Santa Theresa, distando apenas meia hora da propriedade, que através dela exportava todos os seus cafés.⁵ Contava com três colônias, 40 casas de moradas para os trabalhadores, na maioria, italianos (BOTELHO, 1911, p. 90). Em junho de 1885, o Coronel Mingote havia construído uma rotina para seus escravos e colonos.⁵ Segundo a descrição do periódico *Brazil Magazine* publicado em 1911, por volta das cinco da manhã o sino disciplinar badalava despertando os cativos e autorizando a abertura das portas das senzalas onde dormiam trancados. Reunidos no terreiro, se organizavam em fileiras respondendo à chamada matinal. Após a oração matutina, seguida da distribuição do café, começavam o trabalho dos terrei-



Foto 5 - Lateral de uma das casas de Colono da Fazenda Boa Vista do Quinzinho - 2012

ros, partindo para a lavoura ao clarear do dia. Eram acompanhados de um escravo alçado à função de feitor, em geral de “postura exigente e autoritária” em função da confiança que lhe era depositada pelo senhor (BOTELHO, 1911, p. 92 e 93).

Pela tarde, quando já escurecia, a longa fila de escravos voltava à propriedade a fim de completar os serviços referentes aos paióis, tulhas e terreiros. Finda esta etapa, eram reunidos para nova chamada e oração, após o que, recebiam o café e gozavam de uma hora de liberdade até às nove da noite, quando a marcação do sino determinava o toque de recolher.

Pedro possuía então cerca de 9 anos, era filho dos escravos João e Constância, também conhecida como Tia Tana, e possuía a incumbência de servir como candeeiro ao também cativo Teodoro, condutor do carro de boi. Segundo Prates, “este era escravo mais crápula e ordinário” da fazenda (PRATES, 1971, p. 245).

Naquele dia, o carreiro foi incumbido de levar umas cargas à fazenda Boa Vista, distante uns 15 km, e de propriedade do Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, conhecido por Quinzinho da Cunha.

Não localizamos uma descrição de como era a Fazenda Boa Vista à época do crime, contudo uma narração de 1911 da *Brazil Magazine* e a publicação *Impressões do Brasil no Século XX* de 1913 permite que imaginemos o quadro para o século XIX. Segundo tais fontes, esta fazenda se distanciava de Ribeirão Preto em cerca de 18 km e possuía

uma área de 2.600 alqueires que incluíam cafezais, invernadas e pastos. Seus 800.000 pés de café produziam, entre 1905 a 1911, a média anual de 80.000 a cem mil arrobas.⁷

A fazenda possuía um terreiro ladrilhado de 20.000 metros quadrados e máquinas para o beneficiamento do café (Impressões do Brasil, 1913, p. 351). Quando da publicação da Brazil Magazine, alguns anos após a Abolição da Escravidão em 1888, a fazenda possuía 1.000 traba-

Foto 6 - Casas de Colono da Fazenda
Boa Vista do Quinzinho - 2012.



lhadores residentes em quatro colônias, além dos 100 avulsos que cuidavam das máquinas, do transporte, dos terreiros e da criação.

Em 1885, obedecendo às ordens do administrador da fazenda, o “escravo Teodoro atrelou os bois ao carro e em companhia do pequeno Pedro, dirigiu-se à propriedade, onde teria de passar por uma densa e sombria mata”, popularmente conhecida como a Mata do Quinzinho (PRATES, 1971, p. 245).

Uma vez finalizada a tarefa, ambos regressavam para casa tendo o menino à frente iluminando o caminho. Passado algum tempo, Teodoro pediu o “picuá de comida”, deixado sob a guarda de Pedro. Constatada a sua ausência, o carreiro se encheu de fúria estrangulando o menino e pendurando-o em uma árvore, simulando um suicídio (ERBETTA, 1989, p. 1).

Voltando à Fazenda Santana, Teodoro contou a todos, que o menino havia se suicidado. Não acreditando na versão do carreiro, a escrava Constância “chorou copiosamente a morte do seu querido filho” (PRATES, 1979).

Passados alguns instantes de desespero, diante de todos os outros presentes, provavelmente escravos que ao final da tarde voltavam da lida, e do próprio assassino, “ajoelhou-se no terreiro da fazenda”, levantou as mãos para o céu e fez a seguinte súplica:

que o seu infeliz filho tivesse sido morto pela justiça divina, ela o perdoaria, porém se ao contrário, a sua morte fosse por assassí-

nio, o malvado do criminoso haveria de ficar com as mãos secas e encarangadas e também por castigo, até o alimento do matador do seu filho seria pelas mãos dos outros (PRATES, 1971, p. 246).

Foto 7 - Vista da Fazenda Sant' Ana - 2012.



Acorreram todos até a árvore onde estava o corpo de Pedro e ali fincaram uma cruz, a Cruz do Pedro.

Algum tempo depois, a resposta do clamor aos céus, realizado pela escrava sofredora, logo se fez presente e as mãos de Teodoro principiaram a secar:

o miserável homem em pouco tempo ficara com as mesmas inertes e incapazes de executar qualquer movimento, ficando porisso inativas para quaisquer efeitos, e o assassino como o mais desditoso dos párias, saía a mendigar de porta em porta a sua alimentação e quem lhe fizesse a caridade, teria também de fazer-lhe a esmola de colocar a comida em sua boca (PRATES, 1971, p. 247).

Nesta sina, Teodoro teria vegetado por muitos anos, amargando os efeitos de seu crime. Quanto aos pais do menino Pedro, eles teriam permanecido junto aos seus senhores mesmo após a extinção da escravatura acompanhando-os até a cidade, onde moraram na Rua Américo Brasiliense, até a sua morte (PRATES, 1971, p. 247).

Quanto ao Coronel Mingote, por volta dos anos de 1890, retirou-se da cidade de Ribeirão Preto e seguindo os trilhos do trem chegou à região de Sacramento, onde fundou a cidade de Conquista.⁸

Erbetta afirma que, passado algum tempo, as visitas se multiplicaram ao local onde foi instalada a Cruz do Pedro.

As graças alcançadas ali, passavam a fazer parte daqueles que busca-



Foto 8 Cômido - utilizado como altar onde são depositadas oferendas e velas para o Menino Pedro - Complexo Cruz do Pedro - 2011.

As graças alcançadas ali, passavam a fazer parte daqueles que buscavam o alívio que a fé indiscutivelmente traz. No lugar da cruz foi erguida a capela. Avolumou-se de tal modo, que no início do século XX, o dia 29 de junho passava a ser festivo para dois Pedros; - o apóstolo de Cristo e o filho de Constância (1989, p. 2).

Em nenhuma das fontes compulsadas foi possível determinar o ano inicial da festa, mas já em 1938, da madrugada do dia 28 para 29 de junho, o senhor Antonio Rodrigues Nunes organizava o terço e a procissão do menino candeieiro transformado no mártir da Fazenda Boa Vista (CIONE, 1989, p. 424 e 425).

Todos os personagens deste drama viveram em uma Ribeirão Preto de grande importância no contexto do Brasil Império, mas muito diferente da cidade dita capital do agronegócio que inaugura todos os dias novos arranha-céus.⁹

Segundo Cione (1989, p. 47), desde o final do século XVIII, especialmente entre 1790 e 1856, antigos moradores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e outras regiões da Província de São Paulo foram aportando na localidade que hoje entendemos ser Ribeirão Preto. Entretanto o ponto culminante da formação da cidade ocorreu entre os anos de 1790 e 1856, especialmente com a expansão do café.¹⁰

Para João Emboaba da Costa, o “prolongamento da Estrada de Ferro Mogiana” que até então finalizava em Casa Branca, “abriu à exploração a extraordinária gleba de terra roxa, onde se abrem as grandes fazendas de café: Dumont, São Martinho, Guatapará, Monte

Alegre” (COSTA, 1956, p. 34).

Na década de 1870, Ribeirão Preto já se firmava uma respeitável produtora de café.¹¹ De acordo com Botelho, em 1877 já se calculava que

dos dusentos e setenta mil alqueires das excellentes terras que constituíam o Município do Ribeirão-Preto, pelo menos cincoenta mil poderiam pelas condições topográficas de altitude, serem considerados inigualáveis para o café e se estenderiam facilmente oitenta milhões de cafeeiros produzindo uma media de seis milhões de arrobas de café, o que seria naquella epoca de um terço superior a produçao da antiga província de São Paulo metade da produçao de todo o Estado e por conseguinte a terça parte da produçao mundial! (1911, p. 18).

Se nesta época o café era a grande fortuna da economia brasileira, para Ribeirão Preto não foi diferente e impactou no aumento populacional. De acordo com Lopes, o Censo de 1872, evidencia que a população da cidade totalizava 5.552 habitantes.

Destes, 15% eram escravos. A população livre masculina – 52% do total – era formada por 27,3% de homens casados, 71,6% de solteiros e 1,1% de viúvos. Para a população livre feminina as porcentagens são, respectivamente, 29,1%, 66% e 4,9% (apud Adriana Capretz, 2008).

Plínio Travassos dos Santos, tendo como fonte o Almanach da Província de São Paulo de 1888, delimitava para alguns anos depois a população de escravos de Ribeirão Preto:

População escrava: total 1379. Masculinos 784. Femininos 595. Menores de 30 anos 595. Maiores de 30 a 40 anos 432. Maiores de 50 a 55 anos 71. Maiores de 55 a 60 anos 40. Filhos livres de mulher escrava em Ribeirão Preto até 30 de junho de 1886: Total 505. Masculinos 236. Femininos 269. Libertos arrolados em Ribeirão Preto de conformidade com o Regulamento 9517 de 14 de novembro de 1885: total 12. Masculinos 9. Femininos 3. De 60 anos 10. De 64 anos 1. De 63 anos 1 (1939/1948, p. 87).

Entre os 505 “filhos livres de mulher escrava” estava Pedro. Em 1885 ele contaria 9 anos (PRATES, 1971, p. 245). Tendo nascido em 1876, foi contemplado pela Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 que estabelecia em seu artigo primeiro que os filhos de escravas que nascessem no Brasil a partir daquela data seriam considerados de condição livre.¹²

Entretanto, deveriam ficar junto dos proprietários de suas mães que teriam por obrigação criá-los até os oito anos de idade. Após esta idade o senhor poderia escolher entre receber uma indenização no valor de 600 mil réis ou manter o menor trabalhando junto aos outros escravos até a idade de 21 anos.¹³

Provavelmente o Coronel Mingote optou pela segunda possibili-

dade uma vez que aos nove anos Pedro morava junto aos seus pais e trabalhava como candeeiro na Fazenda Santana.¹⁴

Tal decisão fazia todo o sentido no contexto em que se achava a cidade de Ribeirão Preto. Desde 1850 com a Lei nº 581, de 4 de setembro, que havia extinguido o Tráfico Transatlântico, a manutenção de um plantel de escravos suficiente à cultura do café tornara-se um desafio.¹⁵

Resultado da suspensão do tráfico intercontinental, muitas regiões procuraram manter sua mão-de-obra para a agricultura de duas formas, a primeira por meio do tráfico interprovincial e a segunda através das primeiras experiências com a imigração.¹⁶

Renato Leite Marcondes afirma que entre 1874 e 1883, a população cativa do município passou de 857 para 1386 escravos. Este crescimento teria sido um dos maiores da Província de São Paulo para o período.

No segundo lustro da década de 1880, o plantio acelerou-se, atingindo volumes mais expressivos e ganhando escala extraordinária, favorecido pelo ingresso crescente de imigrantes estrangeiros. Os estrangeiros perfizeram 7,3% da população em 1886 e cresceram para 10,7% em 1890, ainda inferior à proporção de Campinas. Deste modo, a colheita da preciosa rubiácea em Ribeirão Preto cresceu expressivamente ao final do século XIX (2011, p.411).

À época, manter um escravo em sua lavoura era negócio de extrema importância. Talvez por esta razão Teodoro tenha ficado na Fazenda Santana até o final de seus dias.¹⁷ Afinal tratava-se de um escravo carreiro e, portanto, especializado, o que ampliava sobremaneira seu preço em um contexto tão adverso para os braços na lavoura.

Na Fazenda Boa Vista, onde o drama se desenrolou, vivia Joaquim Diniz Junqueira, o Coronel Quinzinho da Cunha.¹⁸ Quando Pedro morreu, Quinzinho contava com mais de vinte anos.

Segundo Plínio Travassos dos Santos, já no Brasil República, consta na ata da Câmara Municipal de 26 de dezembro de 1901 a vitória do partido “chefiado pelo Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, que, desde então, até sua morte em 1932, foi o grande chefe do Partido Republicano Paulista em Ribeirão Preto” (SANTOS, 1939/1948, p. 97).

Martinho Botelho (1911, p. 80), em 1911, o descrevia enfatizando “que era um dos agricultores mais estimados e populares de todo o município”. Acrescentava que sua “influência política era indiscutível em todo o distrito”.

De fato, tratava-se de um chefe político, um coronel cuja influência extrapolava o cotidiano político, econômico e social do importante município cafeeiro. Josué Peroni Cuello explicita que o poder político exercido por ele alcançava, por exemplo, Altino Arantes e Washington Luís¹⁹, que à época eram conhecidos como gente “do coronel ribeirão-pretano” (CUELLO, 2005).

Mattioli explicita um pouco mais sua forma de fazer política mencionando que Quinzinho inovava na maneira de construir suas relações:

realizando uniões de suas filhas não com parentes, mas com políticos com potencial que seriam seus agentes dentro da máquina política, sua lealdade era garantida, pelos vínculos de parentela estabelecidos, assim como o controle que o coronel possuía sobre toda a família.

Os casamentos de seus filhos foram devidamente arranjados para que fossem os mais vantajosos possíveis, (...). A filha mais nova, Maria Gabriela Junqueira Arantes foi casada com um dos mais promissores amigos, Altino Arantes, que além dos cargos dentro do município, foi deputado federal, secretário do interior e presidente do Estado de São Paulo, peça fundamental nas políticas de valorização do café e leal correligionário, sabe-se que o apoio de Quinzinho foi valioso para a obtenção de seus cargos e que em retribuição Altino Arantes foi fiel aos pedidos do sogro, nomeando amigos e levando o apoio as medidas de interesse da ala ribeirão-pretana do PRP dentro de todo estado (2011, p. 8 e 9).

Com esta perspectiva política, certamente Quinzinho deve ter observado a movimentação de devotos que buscava a cruz do mártir milagreiro.

Se, por um lado, o culto ao menino poderia se transformar em um excelente suporte de dominação política sobre o povo, para a Igreja, que se adaptava aos novos tempos de República, a cruz do Pedro,

fenômeno de fé iniciado nos anos finais do Império e provavelmente fortalecido na primeira década do século XX, também poderia ser importante.²⁰

Segundo Nainôra Freitas, a Igreja tutelada pelo Estado desde o período da colonização através do Padroado Régio havia deixado, em fins do século XIX, poucas dioceses e paróquias. Por outro lado, além de aprender a lidar com o Estado Republicano nascente, esta instituição simultaneamente vivenciava o movimento de romanização que pretendia

desde o século XIX uma única linguagem usada de cima para baixo, da hierarquia para os fiéis, do papa, cardeais, bispos, padres, para suas respectivas dioceses, paróquias, capelas, executando um programa de recristianização da sociedade. Caracterizava por um discurso homogêneo na tentativa de controlar a vida cotidiana nas mais diferentes esferas no campo moral, educacional, familiar ou ainda no emprego das horas de lazer (s/d, p. 2).

Embutida neste processo estava a criação de novas dioceses e paróquias e entre elas constava o estabelecimento, em 1908, da “Província Eclesiástica de São Paulo, por meio da Bula ‘*Diocesium Nimiam Amplitudinem*’ escrita pelo papa Pio X” e que previa a “criação das dioceses de Ribeirão Preto, Botucatu, Campinas, São Carlos e Taubaté” (FREITAS, p. 2 e 3).

Alguns meses depois, em fevereiro de 1909, chegou à nova dioce-

se o Bispo designado, D. Alberto José Gonçalves. Este religioso implantaria a romanização nestas regiões por meio de “visitas pastorais”,

A adesão dos fiéis para participar dos eventos de uma visita ou para receber os sacramentos coloca em evidencia o sucesso das mesmas. Ao final de um ano de visitas pastorais na diocese de Ribeirão Preto, D. Alberto crismou 68.228 fiéis. O bispo afirma, em 1938, que havia visitado a diocese sete vezes e, que crismou perto de 500 mil pessoas (FREITAS, p. 4 a 6).

Não sabemos ao certo quando a cruz foi pasteurizada, mas acreditamos que, fruto desse movimento da Igreja local associada à percepção política de Quinzinho da Cunha, ocorreu a inevitável construção da Capela da Cruz do Pedro. E desta forma, a autoridade religiosa associada à elite política local conferiram legitimidade oficial ao culto popular. Para Maria Angela Vilhena (2004, p. 105), “a morte é a morte mais suas representações” que envolvem elaborações culturais e materiais sujeitas a um movimento de apropriação e resignificação constantes. E, esse é o exato movimento vivenciado pelo assassinato de Pedro transformado em mito.

Segundo Solange Andrade, o catolicismo é uma religião híbrida que une crença e práticas comportamentais. Nesse sentido, o culto aos santos e mártires está presente desde sua origem.²¹ Ele constitui a fé na possibilidade do milagre transformando a realidade.

O martírio significava total submissão à divindade na medida em que o sofrimento do humano imolado o aproximava do sofrimento divino do Cristo. Neste sentido, o mártir Pedro constituiria a ponte com o universo místico, pois havia sido purificado pela dor. Nesse patamar, o menino Pedro, que um dia foi candeeiro, poderia clarear os caminhos dos meros mortais levando aos céus as súplicas e intercedendo pelos moradores dos caminhos que um dia ele trilhou.²²

A história de Pedro possuía todos os elementos emergentes de um país em transição. Por ser filho de escravos estava restrito a uma parcela da população miserável e desprovida de direitos. Sendo ingênuo, liberto pela lei de 1871, deveria estar protegido pelo seu senhor e pelo Estado, o que não ocorreu. Após a morte, sua sina deixou de ser a sina do menino negro “liberto”, adquirindo uma identificação mais ampla para colonos imigrantes, ex-escravos e pobres transformados em devotos de sua Cruz. Sim, pois todo o esforço da elite branca política e religiosa no sentido de capturar o culto, saneando-o e pasteurizando-o por meio das normas eclesiásticas formais, unindo o menino Pedro ao São Pedro, não foi suficiente e a festa de mais de cem anos ainda é chamada de Festa da Cruz do Pedro, e não da Igreja do Pedro.

Seu assassino Teodoro nem ao menos foi processado, mas o crime originado no sumiço de um picuá de comida foi punido na medida em que suas mãos paralisaram impedindo-o de levar a comida à própria boca.

Finalmente, os homens de lei e das batinas, com poder na terra,

3 - Segundo ERBETTA (1989), a data morte de Pedro foi 29 de junho. Por outro lado, PRATES (1971), data o assassinato em 1885. Entretanto, um artigo de 1966, de autoria do memorialista e ex-chefe de estação da antiga ferroviária Mogiana, em Jaguariúna Manoel Rodrigues Seixas, une o 29 de junho ao ano de 1885.

4 - Em 1911, o proprietário da fazenda era Coronel Antonio Vicente de Ferraz Sampaio.

5 - Sobre o nome da Estação Santa Theresa paira uma pequena dúvida. Segundo o autor do site Estações Ferroviárias do Brasil, Ralph Mennucci Giesbrecht, "A estação de Domingos Villela foi inaugurada em 1913. O seu nome homenageava Domingos Villela de Andrade, também conhecido como Coronel Mingote. Provavelmente as terras onde foi construída a estação pertenciam a ele. Junto a esta estação, conta-se que existia um negociante, dono de um armazém muito grande de "secos e molhados", e que abastecia todas as colônias das fazendas em volta. Antes de chegar na estação seguinte, o trem passava pela ponte do rio da Onça, onde fazia uma parada para tomar água na caixa d'água que existia ali. Se existisse algum passageiro por ali, ele subia. Dali o trem subia até chegar a Silveira do Val, de onde descia para Ribeirão Preto. Foi fechada e transformada em parada, em julho de 1969 (*RM-1969). No ano anterior (1968), segundo um relatório da Mogiana, a população do vilarejo (que em 2002 não existia mais) era de "6 ferroviários e 20 particulares". Em meados dos anos 1970, quando ruiu uma ponte entre esta estação e Monteiro, o trem passou a seguir somente até ela, voltando a seguir; isto

ocorria porque junto a Domingos Villela ainda existia um eucaliptal, do qual se cortavam toras que eram transportadas pelo ramal até Ribeirão Preto. Hoje, somente existe o canalial da Fazenda São Martinho em volta. Até o eucaliptal já desapareceu. Não sobrou nada, nem o armazém de secos e molhados.”

6 - De acordo com PRATES (1979, p. 173), as propriedades do Coronel Mingote “eram cuidadas exclusivamente pelos escravos, fazendo cada um a sua tarefa, sem ser preciso a presença de feitores, que nunca era necessário naquelas fazendas.” Martinho Botelho possui outra versão para a presença do feitor.

7 - Estas informações podem ser rastreadas na Brazil Magazine (1913, 351).

8 - Segundo o site oficial da cidade de Conquista (MG), ela teria sido fundada por Domingos Vilela de Andrade, em 30 de agosto de 1911 e descreve da seguinte forma uma das versões para a origem do nome dado “por Domingos Vilela de Andrade, coronel, fazendeiro, latifundiário, nascido em Monte Alegre, (MG). Procedente de Ribeirão Preto, (SP), onde era grande produtor de café, Vilela adquiriu uma gleba de terras na margem direita do Rio Grande, onde construiu a sede da fazenda denominada, segundo alguns, de Fazenda Conquista.”

9 - Segundo Lopes (2012, p.13-14) “O café, assim como todo produto primário direcionado ao mercado externo, estava sujeito às oscilações de demanda e variações de preço (...) e pode ser dividido em três períodos. O primeiro foi longo, marcado pela não intervenção governamental. Foi do início da cultura

no Brasil até o início do século XX, quando dois fatos marcaram seu fim: em 1902, a proibição de novas plantações no Estado de São Paulo por um prazo de cinco anos e o Convênio de Taubaté em 1906. O segundo período teve início em 1906 e foi até 1924, sendo caracterizado pela intervenção esporádica do governo. Nesse período foram três as operações de valorização. A primeira em 1906, a segunda em 1917 e a terceira e última em 1921. A terceira fase teve início em 1924 e acabou em 1929, sendo marcada pela intervenção constante do governo.”

10 - Carlo Monti (2010) descreve o movimento para a formação da cidade da seguinte maneira: “Entre 1845 e 1856 foram realizadas inúmeras tentativas de doação de terras para a formação do patrimônio de São Sebastião, porém, todas foram recusadas pela Igreja, algumas por não atenderem as exigências mínimas de valor para a doação de terras, outras pelo fato de estarem sendo disputadas judicialmente. Em 1856, doações de terras provenientes da fazenda Barra do Retiro somadas às doações anteriores feitas pela fazenda Retiro foram aceitas pela Igreja. Os doadores foram: João Alves da Silva Primo, Mariano Pedroso de Almeida, José Alves da Silva, José Borges da Costa, Inácio Bruno da Costa e Severiano João da Silva. Estas terras dariam origem em 19 de junho de 1856 ao patrimônio de São Sebastião, onde foi erigida uma capela provisória.”

11 - De acordo com Cione, uma Lei de nº 34 de 12 de abril de 1871 criou o município de Ribeirão Preto.

12 - Esta lei ficou conhecida como Lei Rio Branco. Coleção de Leis do Impé-

rio do Brasil – Atos do Poder Legislativo.

13 - Mendonça (1999, p.98) escreve: “Se o senhor optasse por receber a indenização pecuniária, o menor deveria ser entregue ao Estado, que lhe daria o ‘destino’ conveniente, remetendo-o a ‘estabelecimentos públicos’. Nesse caso, o senhor receberia títulos de renda emitidos pelo governo, no valor de 600 mil réis sobre o quais seriam pagos juros de 6% anuais.”

14 - Não conseguimos detectar, junto à documentação, qualquer movimentação do Coronel Mingote no sentido de solicitar a indenização estatal de Pedro, como possibilitava a Lei.

15 - Esta lei ficou conhecida como Eusébio de Queiróz. Coleção de Leis do Império do Brasil – Atos do Poder Legislativo.

16 - Robert Slenes apud MOTA, José Flavio (2009, p. 148), analisa da seguinte forma o Tráfico Interprovincial: “(...) o tráfico interno brasileiro desenvolveu-se em um contexto de crescente mobilização nacional e internacional contra a escravidão. Isto (...) tornou o comércio de seres humanos o foco da disputa “política” sobre o futuro do trabalho compulsório, envolvendo senhores, escravos e outros grupos sociais interessados; de fato, poder-se-ia sugerir que o colapso do mercado de escravos em 1881-83, refletindo uma dramática mudança nas percepções sobre o futuro desses “ativos”, foi um divisor de águas, do ponto de vista histórico, de maior significância do que os marcos legais anunciadores da emancipação parcial em 1871 e 1885 (...) e a abolição plena em 1888.”

17 - Durante o processo de pesquisa, não foi possível rastrear o processo crime,

como seria de se esperar em uma situação como a descrita para a década de 1880. Outros pesquisadores posteriormente poderão descobri-lo. Contudo, por enquanto, a ausência do mesmo se encaixa no processo de construção do mito. 18 - Para Mattos (2004, p. 478), “Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nasceu em 14 de maio de 1861, e foi batizado em 22 de agosto do mesmo ano. (Bat. São Simão – São Paulo 1869/1877, p. 68v.)”. Entretanto o fundo privado Joaquim da Cunha Diniz Junqueira existente no Arquivo do Estado de São Paulo delimita o seguinte: “Natural de Ribeirão Preto, São Paulo, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nasceu em 16 de maio de 1860. Foi cafeicultor, proprietário da Fazenda Boa Vista e destacou-se no quadro político da região do Oeste Paulista. Faleceu em 14 de setembro de 1932”.

“Joaquim da Cunha Diniz Junqueira nasceu em 14 de maio de 1861, e foi batizado em 22 de agosto do mesmo ano. (Bat. São Simão – São Paulo 1869/1877, p. 68v.)” p. 478

19 - Washington Luís chegou à Presidência da República em 15 de novembro de 1926.

20- Entre 1877 e 1890 o padre Núncio Greco foi o vigário de Ribeirão Preto. A partir de 1890 o padre Joaquim Antonio de Siqueira assumiu: Miranda (1971, p.64) afirma que “Foi quem colocou a primeiro Livro do Tombo da Catedral. Não sabemos se anteriormente houve Livro do Tombo. O fato é que o mesmo, ou seja, o nº 1 começa no seu paróquiato. Alma boníssima. Estimadíssimo ainda hoje especialmente pelos mais antigos. Foi quem deu impulso para a construção da nova matriz, que anos depois se transformou em Catedral,

devido ao fato de ter sido Ribeirão Preto escolhida para sede de um bispado.”

21 - Para Andrade (2010, p. 134) “O mártir era aquele que deu a vida como testemunho de sua adesão à fé cristã. Antes do final do primeiro século da cristandade, o termo santo era reservado somente ao mártir. Com o passar do tempo a concepção de martírio, na religiosidade católica, foi sendo ampliada a ponto de caracterizar uma morte violenta resultante tanto de uma doença grave como de um homicídio, mesmo não existindo o critério adotado de que a morte seria em função da adesão à fé cristã.”

22 - Vilhena (2004, p. 119) indica que “Quanto mais elevado o espírito, mais perto de Deus, maior seu conhecimento, maior sua iluminação. Existe uma correspondência entre a luz interna ao sujeito - ele é de luz, quanto à luz que ele expande posto que ilumina, e a luz que o cerca é iluminado. Espíritos que têm luz interior têm luz própria e são iluminadores. Eles habitam lugares iluminados.”

Fotos ao lado

Foto 9 - Fiéis reunidos para o terço - 2011.

Foto 10 - Detalhe da arte inferior dia do Leilão - 2011.

Foto 11 - Abaixo - Grupo reunido próximo da barraca de fichas - 2011.







Foto 12 - Fiéis reunidos para assistirem à Missa nas primeiras horas da manhã - 2011.

III. Ouvir e Pensar a Festa

Livre da memória e da esperança
Ilimitado, abstrato, quase futuro...
Ubiquamente ausente...
Repartimos como ladrões o caudal das
noites e dos dias.
(Borges)

Foto 13 - Andor com santos e flores - 2012.



Ouvir a Festa

Missa: Eucaristia (Majestoso-pop)

Na Missa, o ritmo acelerado do som das canções estilo pop, tão comum nas igrejas de hoje, pós-Concílio Vaticano II, em que se incentivaram os cantos locais em vernáculo, bem diferente da mentalidade que formou o canto gregoriano, no século VI, com Gregório I (ca.540-604), monge beneditino, dito São Gregório Magno, 64º Papa da Igreja Católica Apostólica Romana, que pontificou de 590 até sua morte.

No século IX, o imperador Carlos Magno serviu-se do canto gregoriano para unificar seu império naquilo que Chailley chamou de primeira renascença carolíngia:

A ideia mestra de Carlos foi sempre de unir os povos conquistados pelo cimento do cristianismo, suas instituições e cerimônias. (...) E compreende-se porque Carlos Magno teve um papel tão grande na restauração do canto da Igreja. A unificação musical empreendida por São Gregório (...) num objetivo de solidariedade espiritual se tornaria, sob o impulso do imperador, um problema político capital, porque visava à unidade moral de um império dividido que devia ser unificado a qualquer preço sob o signo do catolicismo (CHAIL-

LEY, 1950, pp.53-54).

O documento do Concílio Vaticano II (1961-1965), no capítulo VI da Constituição Sacrosanctum Concilium, “A Música Sacra”, diz, em Adaptação às diferentes culturas:

119. Em certas regiões, sobretudo nas Missões, há povos com tradição musical própria, a qual tem excepcional importância na sua vida religiosa e social. Estime-se como se deve e dê-se-lhe o lugar que lhe compete, tanto na educação do sentido religioso desses povos como na adaptação do culto à sua índole, segundo os art. 39 e 40. Por isso, procure-se cuidadosamente que, na sua formação musical, os missionários fiquem aptos, na medida do possível, a promover a música tradicional desses povos nas escolas e nas acções sagradas.

Instrumentos músicos sagrados

120. (...) Podem utilizar-se no culto divino outros instrumentos, segundo o parecer e com o consentimento da autoridade territorial competente, conforme o estabelecido nos art. 22 § 2, 37 e 40, contanto que esses instrumentos estejam adaptados ou sejam adaptáveis ao uso sacro, não desdiguem da dignidade do templo e favoreçam realmente a edificação dos fiéis.

23

A Igreja quer o hibridismo, a aproximação dos fiéis com seus cantos populares, quase comerciais e a solenidade do rito aceita agora a



linguagem musical pop. Onde o povo vai, a Igreja o acompanha. O povo canta, acompanhado ao violão, o seu canto sacro-profano. Há algo de barroco nisso: Charles Burney (1726-1769) criticava a música pseudo-sacra dos corais barrocos, com gosto de ópera, que se praticavam no século XVIII. Ele queria Palestrina e sua serena solenidade.

Procição: Calvário (Andante Mo-

Foto 14 - Fiel orando durante a missa - 2011.

Foto 15 - Missa - 2011.





derato)

A rezadeira dá o tom e começa a ladainha. Os fiéis repetem em uníssonos os versos e os cantos. O ritmo é andante moderato; o tom é grave e carregado de memória. Memória que o menino já não compartilha. O caráter é de esperança, a mesma que seus olhinhos já não contemplam. O menino Pedro está “ubiquamente ausente”. A caminhada vai pela estrada de terra batida, escuridão, velas, cantos, orações, imagens de santos. A imagem do menino, agora transfigurado em Jesus, é erguida ao som de palmas e fogos.

O luto, hoje desviado da vida cotidiana, está aqui eloquente. A Igreja, que nunca foi o lugar dos mortos, acolhe o desespero dos fiéis e os ampara. A festa dá ao terrível fato uma aparência de vida para “proteger o vivo”. Roubamos como ladrões... Numa sociedade voltada para a técnica e para a felicidade, que recusa sistematicamente a morte, a festa



torna-se testemunho do menino Pedro, já patrimônio imaterial, antes de a festa ser “tombada”, porque preserva no tempo de sua ocorrência o que hoje se tornou uma saída discreta de um vivo apaziguado, para fora de uma “sociedade compassiva em que a ideia de uma passagem biológica, sem significado, sem dor nem sofrimento, já não despedaça nem perturba” (ARIÈS, 1988, p. 373).

O estorricamento das mãos do assassino foi capaz de apaziguar os corações indignados? Há cem anos, segue a romaria. O menino Pedro é incorporado à mitologia católica com fácil transposição de nomes: Pedro menino estrangulado; Pedro apóstolo.

Foto 16 - Sino do complexo da Cruz do Pedro - 2011.

Festa: Ressureição (Allegro Sertanejo)

O terceiro movimento é de merecida festa. Depois de revivida a paixão do menino, ela representa uma improvável ressurreição, em que a morte mais uma vez é domada pelos vivos, roubando, “como ladrões, o caudal das noites e dos dias”. A morte do menino estrangulado é dura demais para ser assimilada. Até hoje, permanece o mito e, como todo mito, fornece “um referencial de deciframento, uma matriz de relações que filtra e organiza a experiência vivida, substitui-se a ela e busca a ilusão benéfica de que as contradições podem ser superadas e as dificuldades resolvidas”.

O som agora é o playback do sertanejo, o burburinho das conversas, o chiado das panelas²⁴ e o som das garrafas de cerveja. Eucaristia, Calvário e Ressurreição: Majestoso-pop, Andante Moderato e Allegro Sertanejo. Aos poucos, o retorno à vida. Emprestou-se ao menino um pouco do nosso tempo de morte invertida e preservou-se o tempo que liga o natural e o sobrenatural. A festa na Fazenda Boa Vista faz voltar a morte compartilhada e comovida como um “fato social e público”, num tempo em que nossa sociedade expulsou a morte para a clandestinidade e tudo se passa na cidade como se ninguém morresse (ARIÈS, 1988, p. 310). O inconformismo de tão atroz evento vai na contracorrente da dissimulação e expõe publicamente todo o seu inconveniente. À supressão do luto e à simplificação do funeral, a festa nos diz: “feli-

zes os mortos, mas infelizes os vivos, privados de seus seres mais queridos, até o dia tão esperado da eterna reunião” (ibid., p. 354).

Freud sugere que “é sempre possível unir um considerável número de pessoas no amor, enquanto sobram outras pessoas para receberem as manifestações de sua agressividade” (FREUD, 1997, p. 71). Não é o que acontece aqui: não há ódio por Teodoro, “o mais crápula e ordinário da fazenda”, o menino está vingado. A atitude religiosa volta-se à sua própria origem, segundo o mesmo Freud: o desamparo infantil (ibid., p. 19).

O menino que virou festa podia ter o seu próprio cordel, à maneira do filme de João Batista de Andrade (2005):

O Menino Pedro foi levado
A uma densa e sombria mata
Morreu ali estrangulado
Sua cruz foi construída
E sobre ela sua capela
Virou a festa da Cruz do Pedro
E assim foi festejado.

Pensar a Festa

Como refletir sobre a construção cultural de uma festa religiosa católica, de uma localidade rural do interior do estado de São Paulo, que acontece todos os anos há um século e decorre do martírio e morte, de um menino negro liberto, pelas mãos de um carreiro de bois escravo, em uma grande fazenda de café?

Essas festas carregam consigo as marcas sincréticas da cultura popular brasileira, com o catolicismo hegemônico emanado da Casa Grande pelas elites cafeicultoras, que impunham, neste caso por meio das ordens do coronel Mingote, as orações católicas aos negros escravos na rotina inicial e final de suas jornadas de trabalho, nos momentos de reunião de chamada dos cativos para o dia de labor e para o recolhimento noturno às senzalas. Não foi por outro motivo que o evento motivador original da Festa da Cruz do Pedro se deu exatamente no pátio da fazenda Santana, onde um carreiro de bois, o escravo Teodoro, comunicou à mãe de Pedro a sua versão da morte do menino por suicídio no caminho de volta da fazenda Boa Vista.

A morte dessa criança pelas mãos de Teodoro, o desespero e o pedido de sua mãe aos céus de que as mãos do matador secassem se fosse ele o assassino, a corrida posterior dos escravos para fincarem uma cruz junto à árvore onde o seu corpo jazia, as primeiras expressões de raiz da fé popular realizadas neste local, a capela ali erguida por

ordem e recursos de um coronel do café, a incorporação de São Pedro à lógica ritualística da Festa, seguido por vários outros santos católicos, todo este emaranhado sincrético de manifestações culturais resume e encerra o conteúdo simbólico das festas e procissões populares que fazem parte da iconografia religiosa católica brasileira.

Mas a questão central continua aberta: como compreender, em um mesmo evento, essa conexão complexa de elementos culturais tão distintos? Como entender a construção da junção cultural de um menino negro morto, feito mártir, com as imagens de São Pedro, Nossa Senhora Aparecida, São José, Santa Rita, Santa Luzia, São Sebastião, São João, Santo Antônio e São Benedito, todos carregados em procissão até os dias de hoje em andores, com força vivida de fé, por um cordão de gente que sai da fazenda Boa Vista em direção à Capela da Cruz do Pedro na noite da Festa?

Ribeiro de Oliveira (1985 Apud LOPES, 2010, p. 97) fornece uma primeira explicação. Para ele, “é em torno da imagem que se organiza o culto popular, nele distinguindo-se três níveis: o doméstico, da comunidade local e de âmbito regional”. No caso em questão, este “catolicismo popular tradicional” define-se a partir do âmbito da comunidade local em relação característica com um ou demais santos, tendo como espaço de interação a comunidade e a capela, onde acontecem as rezas comunitárias, as celebrações locais, os velórios e as missas irregulares. Este processo interativo de vivência de fé pauta-se em relações comunitárias e os cultos, quanto à sua organização, são geralmente dirigidos por rezado-

res e, às vezes, por padres.

Isso significa que a Festa da Cruz do Pedro pode ser inserida, em sua condição específica de manifestação local, no contexto maior que define o que pode ser denominado de concepção iconográfica da cultura católica brasileira, ou seja, sua caracterização cultural específica corresponde às que são encontradas em outras festas religiosas tradicionais católicas que ocorrem não apenas no Estado de São Paulo, mas também em outras regiões do Brasil.

A respeito deste contexto definidor, Lopes entende que “a intensidade da presença iconográfica nas festas da região varia de acordo com a tradição de realização das mesmas nas localidades”. Sendo assim, foi possível, para ele, constatar que

há uma demarcação institucional dada pela iconografia oficial, presente nas imagens das igrejas e nas bandeiras e estandartes dos santos festejados ou padroeiros locais. Tal demarcação dá-se pela trajetória na qual imagens, bandeiras e estandartes são carregados em procissões, em dias específicos das festas, sempre percorrendo e demarcando territórios em torno de igrejas, geralmente complementando a centralidade de uma igreja com o Império ou a “casa da festa”, ou ainda, com outra igreja [capela] do local, com posição secundária à festa (2010, p. 109).

Se apontadas as devidas distinções e peculiaridades pertinentes a cada festa em si mesma, a afirmação do autor permite que se faça a

categorização dessa Festa no interior do contexto acima definido, não apenas pela sua realização e permanência já secular no tempo histórico da comunidade local que a encena, mas, simultaneamente, pela existência efetiva no seu fazer festivo, religioso e simbólico, conforme demonstrado anteriormente, de uma imagética fortemente vinculada ao imaginário que é sistematicamente construído pela Igreja Católica por meio de sua miríade de santos de e para devoção.

É ainda com Lopes que se torna possível justificar essa categorização da Festa da Cruz do Pedro. Em sua compreensão,

[...] fora dos contextos das grandes festas tradicionais, em que a generalização e o alcance profundo da presença iconográfica é facilmente constatada, nas pequenas festas rurais da região, realizadas em torno de capelas, procedem-se rituais semelhantes numa escala bem reduzida. Ocorre que as imagens utilizadas nessas festas geralmente colocam em contato, nos ritos processionais, as imagens oficiais (que ficam expostas na capela durante todo o ano) e as imagens pessoais, trazidas pelos devotos. [...] Dessa forma, a tradição das festas associa-se com a mediação institucional da Igreja para a produção das fronteiras aos padrões sociais de ação, nos espaços públicos da experiência devocional, demarcados pela iconografia religiosa (2010, p. 112-114).

Uma vez definida a categorização da Festa, cabe, pois, caminhar na apreciação crítica de sua vivência atual para que se possa concluir,

ao final, sobre a pertinência de ela ser ou não ser qualificada como referência cultural e, conseqüentemente, indicada como patrimônio imaterial para a cidade de Ribeirão Preto e sua região circundante mais próxima.

Dois dos pesquisadores deste grupo de autores viveram de perto a experiência da Festa do ano de 2011 ao conduzirem um processo de pesquisa etnográfica para os levantamentos referentes ao trabalho que vem sendo realizado pelo Grupo Três da Rede de Cooperação Identidades Culturais de Ribeirão Preto, por meio do uso da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, que é um instrumento de identificação e documentação de bens culturais de natureza material e imaterial elaborado pelo IPHAN. Foram realizadas, com o auxílio de estagiários de campo e profissionais de fotografia e audiovisual, nove entrevistas com pessoas efetivamente ligadas ao evento e dois dias de registro audiovisual da Festa.

O material etnográfico obtido foi transcrito para as fichas do INRC e, pelo que se pode inferir de sua análise, a Cruz do Pedro ficou definida dentro da categoria de “Lugar” que é estabelecida por este instrumento de pesquisa. O resultado mais relevante dessa pesquisa na Festa, contudo, foi a percepção e a constatação objetiva, pelo conjunto dos pesquisadores, de que haviam levantado, por meio da etnografia, uma preciosidade de manifestação local da cultura popular católica brasileira com os elementos de sua “imagética devocional” (LOPES, 2010, p. 139) constituídos, preservados e plenos de sentido.

Essa constatação os conduziu a novas reflexões e discussões sobre o alcance do papel cultural dessa Festa para Ribeirão Preto e algumas cidades menores de sua região circundante, agora no sentido de se pensar nela como possível referência cultural dessas localidades e, em caso de possuir este status, se ela poderia ser indicada como sendo um patrimônio imaterial de forma a, no futuro, vir a ser reconhecida e registrada formalmente como tal.

No que se refere ao primeiro passo, a qualificação da Festa da Cruz do Pedro como referência cultural, adotou-se, para a análise e definição, a posição conceitual de Cecília Londres, apontada no texto de apresentação do Manual de Aplicação do INRC:

Quando se fala em “referências culturais”, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu “peso” material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados (2000, p. 11-12).

Ficou estabelecido, deste ponto de partida, o questionamento: essa

Festa agrega sentido referencial e de valor para os que hoje dela fazem parte e, em conexão de maior amplitude, para a cidade e sua memória histórico-cultural, relacionando passado e presente de forma viva e ativa?

Do ponto de vista destes pesquisadores, sim, pois ela possui, como mencionado anteriormente, realização e permanência já secular no tempo histórico da comunidade local que a encena, fato que, além de lhe conferir historicidade, ressalta o valor a ela atribuído pelos seus atores sociais. Quanto ao seu sentido cultural, parece suficiente compreender, como também já mencionado, a existência efetiva no seu fazer festivo, religioso e simbólico de uma imagética fortemente vinculada ao imaginário católico brasileiro por meio dos santos de e para devoção, o que a posiciona efetivamente na dinâmica processual da iconografia da cultura católica brasileira.

Sendo assim, é definido para estes pesquisadores que a Festa da Cruz do Pedro constitui-se como uma referência cultural consistente, o que permite avançar na reflexão sobre a pertinência ou não de sua qualificação e indicação como patrimônio imaterial.

Para este procedimento, foi pautado o conceito proposto pela UNESCO em 17 de outubro de 2003, por meio da Recomendação de Paris, que reconheceu o patrimônio imaterial como sendo aquele que

[...] se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua

interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (P. 4).

Mais uma vez, uma pergunta não calou e provocou inquietude: seria possível e legítimo, partindo-se de um trabalho etnográfico e da qualificação da Festa na condição de referência cultural, indicar e propor que se discuta e se busque o seu reconhecimento e registro como patrimônio imaterial?

Estes pesquisadores entenderam que devem correr o risco público de afirmar no sentido positivo, que é possível e legítima essa indicação, pois a pesquisa etnográfica que realizaram para o INRC ressalta, de forma efetiva e confirmada, essa possibilidade. E, além deste fato relevante, o conjunto dos relatos vivenciais e históricos apresentados nos capítulos anteriores deste livro também demonstra o quanto é pertinente despertar essa discussão e proposta.

A Festa da Cruz do Pedro enquadra-se há muito tempo, este é o nosso entendimento, dentro dos quesitos qualificadores definidos pela UNESCO por reunir, como manifestação cultural da religiosidade católica popular brasileira, condições objetivas e qualitativas para este intento, de forma que ele venha a ser buscado pelos seus próprios atores sociais e conferido formalmente, de modo ainda a ser discutido, estabelecido e disciplinado pelo poder público municipal, o reconhecimento e o registro público dela como patrimônio imaterial de Ribeirão Preto.

Faz-se importante ressaltar que este procedimento formal não deverá significar que o Estado, ao vir a reconhecer e registrar este status pioneiro de patrimônio imaterial para essa Festa passe, por isso, a ter obrigação jurídica ou a condenável função paternalista de assumi-la como promotor ou condutor das suas articulações comunitárias e processos de organização e realização, mas sim que ele deve, como função sua, por meio de ação planejada dos agentes culturais do poder público municipal, definir, implementar, articular, conduzir, acompanhar e monitorar uma política pública cultural municipal e de Estado de reconhecimento e registro formal das diversas outras formas de expressão de patrimônio imaterial que venham a ser detectadas em Ribeirão Preto.

Vivemos um tempo, aqui na segunda década do século XXI, de globalização de crises financeiras e sociais, de Estado mínimo neoliberal ratificado nos quatro cantos do mundo e de evidente pasteurização cultural mundializada. Neste contexto, a realização de um movimento consistente de resgate, reconhecimento, registro e valorização das expressões e referências culturais locais, na maior parte das vezes colocadas em condições marginais, começa a mostrar a sua importância para a garantia e vivência do direito humano básico à experiência coletiva da memória e da real e livre convivência com a alteridade.

O direito à memória, exercido por meio do registro e sobrevivência do patrimônio imaterial, é um mínimo fundamental da vida coletiva, uma vez que se trata da identidade autônoma construída pela própria

sociedade e não recebida do discurso dominante. Dessa forma, o patrimônio, a referência cultural, deixa de ser “ofertado” e passa a ser reivindicado, o que, em si, constitui um exercício político e de cidadania vividos.

O trabalho destes pesquisadores e este livro apontam nessa direção!

23 - Disponível em:

http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html
(Acesso em 27/05/2012).

24 - Une grille de déchiffrement, une matrice de rapports qui filtre et organise l'expérience vécue, se substitue à elle et procure l'illusion bienfaisante que des contradictions peuvent être surmontées et des difficultés résolues (LÉVI-STRAUSS, Claude. “Boléro de Maurice Ravel”. In L'Homme, Année 1971, Volume 11, Numéro 2, p. 5–14).

25 - Segundo os dicionários Aulete e Houaiss, essa palavra define o que se exprime por imagens, que é baseado ou representado por elas. Para Luis Nicolau Parés, este termo refere-se à utilização, na antropologia sócio-cultural dos chamados “suportes imagéticos para descrever e analisar uma cultura ou um aspecto particular de uma cultura”. Fonte:

<http://www.antropologia.com.br/colu/colu3.html>

Foto 17 Fogueira típica de festa junina montada na noite para aquecer os fiéis durante o terço - 2011.





Foto 18 - Barraca de doces montadas por comerciantes na quermesse, o dinheiro arrecadado pelo aluguel do espaço é revertido para a organização da Festa e manutenção do Complexo da Cruz do Pedro - 2011.



Foto 19 - Lateral da Casa Sede da Fazenda Sant' Ana - 2012.





Foto 20 - Casa Sede - Fazenda Boa Vista do Quinzinho - 2012.





Foto 21 - Capelinha da Fazenda Sant' Ana - 2012.





Zé Goleiro



Foto 22 Interior da Venda do Zé Goleiro, que fica no caminho da procissão e é um dos mais populares pontos de encontros da região - 2012.



Foto 23 - Fachada de uma das casas de Colonos da Fazenda Boa Vista do Quinzinho - 2012.

Foto 24 - Detalhe da parte superior do oratório, com as letras J.J. (Joaquim da Cunha Diniz Junqueira) grafadas em relevo - 2012.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, João Batista de. O homem que virou suco. Organização de Ariane Abdallah e Newton Cannito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Cultura- Fundação Padre Anchieta, 2005. 256p. (Coleção Aplauso).

ANDRADE, Solange Ramos de. O culto aos Santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá, ANPUH, Ano III, n. 7, Mai. 2010. Disponível em:

<<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf6/6Solange.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

Atos do Poder Legislativo. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/-leis-do-imperio-1#content>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

ARIÈS, Philippe. O homem perante a morte. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundo Privado de Joaquim da Cunha Diniz Junqueira. Disponível em:

<http://arquivoestado.sp.gov.br/guia_ficha.php?fundo=102>. Acesso em: 27 abr. 2012.

AZZI, Riolando. O catolicismo popular no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1978.

BORGES, Jorge Luís. Obra poética (1923-1977). Buenos Aires: Emecé Editores, 1977.

BOTELHO, Martinho. Ribeirão Preto: Le Pays Du Café. In: Brazil Magazine. Revista Periódica e Ilustrada d'Arte e Actualidades. Publicação de Propaganda Brasileira no Estrangeiro, Ano V, Número 57, Rio de Janeiro, [s.d.]. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHAILLEY, Jacques. Histoire musicale Du Moyen Âge. Paris: PUF, 1950.

CIONE, Rubem. História de Ribeirão Preto. 5 volumes. 2 ed. Ribeirão Preto: IMAG – Gráfica e Editora, 1989.

COSTA, João Emboaba da. Álbum Primeiro Centenário da Cidade. Ribeirão Preto: [s.n.], 1956.

CUELLO, Josué Peroni. Coronel Quinzinho da Cunha: poder e modernização no interior paulista. Anais do 2º. Congresso Sul-Americano de História. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

ERBETTA, Adalberto Antonio. Folheto Festa da Cruz do Pedro. [S.l.: s.n.] 1989. APHRP – Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Caixa 12, Pasta 11, n. 231.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. A Fé e a laicização da Sociedade. Anais do GT História das Religiões. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá: UEM. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf/st11/Freitas,%20Naino-ra%20Maria%20Barbosa%20de.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. A estação de Domingos Villela. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/d/domvillela.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

IGREJA CATÓLICA. Concílio Vaticano II (documentos). Disponível em: <[HTTP://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html](http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosanctum-concilium_po.html)>. Acesso em: 27 mai. 2012.

Impressões do Brazil no século Vinte. Sua Historia, seo povo, commercio,

indústrias e recursos. Inglaterra: Lloyd's Greater Britain Publishing Company Ltd., 1913.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC – Manual de Aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Boléro de Maurice Ravel. In: L'Homme, Anné 1971, vol. 11, número 2, p. 5-14.

LONDOÑO, Fernando Torres. Imaginária e devoções no catolicismo brasileiro. Notas de uma pesquisa. Revista Projeto História, São Paulo, n. 21, p. 247-263, Nov. 2000.

LOPES, José Rogério. A imagética da devoção: a iconografia popular como mediação entre a consciência da realidade e o ethos religioso. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

LOPES, Luciana Suarez. Ribeirão Preto: a dinâmica da economia cafeeira de 1870 a 1930. Ribeirão Preto: Fundação Instituto do Livro, 2011. (Coleção Nossa História).

MARCONDES, Renato Leite. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. Revista de História, São Paulo, n. 165, p. 403-424, jul/dez. 2011.

MATTIOLI, Alexandre Ferreira. A teia de poder: Coronel Junqueira e a política da Primeira República em Ribeirão Preto. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, jul, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300890854_ARQUIVO_anpuhsptextocompletomattioli.pdf>. Acesso em 12 jun. 2012.

MATTOS, José Américo Junqueira de. Família Junqueira sua História e Genealogia. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.

MENDONÇA, Joseli M. N. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

MIRANDA, José Pedro. Ribeirão Preto de Ontem e de Hoje. Ribeirão Preto: Livraria El Dorado, 1971.

MONTI, Carlo Guimarães; FARIA, Antonio Carlos Soares. Ação e Resistência dos cativos em Ribeirão Preto (1850-1888). DIALOGUS, Ribeirão Preto, Centro Universitário Barão de Mauá, v. 6, n1, 2010. Disponível em: <http://baraodemaua.br/comunicacao/publicacoes/dialogus/2010/pdf/acao_resistencia_cativos_rp_2010.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MOTA, José Flavio. Derradeiras Transações. O comércio de escravos nos anos de 1880 (Areias, Piracicaba e Casa Branca, Província de São Paulo. Almanack Brasileiro. São Paulo, n. 10, p. 147-163, Nov. 2009.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

PRATES, Prisco da Cruz. Ribeirão Preto de Outrora. 3 ed. Ribeirão Preto: Gráfica Bandeirante, 1971.

_____. Lembrando o Passado. 2 ed. Ribeirão Preto: Gráfica União, 1979.

REDE DE COOPERAÇÃO IDENTIDADES CULTURAIS. Relatório da Fase 1 do Inventário Nacional de Referências Culturais em Ribeirão Preto – INRC. Secretaria Municipal da Cultural, 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/relatorio.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Relatório da Fase 2 do Inventário Nacional de Referências Culturais em Ribeirão Preto – INRC. Secretaria Municipal da Cultural, 2011. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/relatorio_2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SANTOS, Plínio Travassos dos. Ribeirão Preto: Histórico e para História. Texto datilografado, 1939/1948. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.

SEIXAS, Manoel Rodrigues A Capela do Pedro (continuação), 1966. Gazeta Regional. Disponível em:

<[HTTP://www.gazetaregional.com.br/index/php/primeiro-caderno/artigos](http://www.gazetaregional.com.br/index/php/primeiro-caderno/artigos)>. Acesso em: 25 abr. 2012.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão preto: os bairros surgidos a partir do Núcleo Colonial Antonio Prado (1887). 2008. Tese (Doutorado) – Centro de Educação e Ciências Humanas – UFSCAR, são Carlos, 2008. Disponível em: <[HTTP://www.bdtd.ufscar.br](http://www.bdtd.ufscar.br)>. Acesso em: mar. 2012.

UNESCO. Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a educação. Recomendação de Paris. Paris: UNESCO, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

VILHENA, Maria Ângela. Os mortos estão vivos: traços da religiosidade brasileira. Revista de Estudos da religião, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv3_2004/p_vilhena.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2012.

ZALUAR, Alba R. Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Entrevistas realizadas pelos membros da Rede de Cooperação Identidades Culturais (Metodologia do INRC – IPHAN)

Antonio Pereira. Entrevista realizada por Mônica Jaqueline de Oliveira, em 28 mai. 2011.

Marluci Ramálhio Pereira. Entrevista realizada por Aurélio Manoel Corrêa

Guazelli, em 28 mai. 2011.

Francisco Carlos Guimarães e Silva (Chicão). Entrevista realizada por Lilian Rodrigues de Oliveira Rosa, em 04 jun. 2011.

Santo Catamum. Entrevista realizada por Mônica Jaqueline de Oliveira, em 28 jun. 2011.

ISBN 978-85-62852-30-5



9 788562 852305



Apoio



Realização

Secretaria da
CULTURA

